



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Brasil

Oliveira, Lucia Lippi

Resenha de "Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil" de José de Souza Martins

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, núm. 42, febrero, 2000, pp. 155-158

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10704212>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Mestres e discípulos

José de Souza MARTINS. *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1998. 235 páginas.

Lucia Lippi Oliveira

Somos governados pelos mortos, como dizem os positivistas, ou somos o país do futuro? Oscilamos entre um passado *a posteriori* considerado como a "idade de ouro" e um futuro onde nossos sonhos se realizarão? Cada geração parece refundar sua temporalidade e nesse processo precisa demarcar suas diferenças com as perspectivas da geração anterior. Foi assim com os cientificistas e naturalistas que romperam com o romantismo do século XIX; com os modernistas que criticaram os parnasianos e regionalistas do início do século; com os cientistas sociais que recusaram o conhecimento da sociedade brasileira produzido pelos ensaístas. Por que, então, voltar hoje aos anos 50? Porque na década de 50 foram estabelecidas as bases econômicas, políticas e sociais para a modernização do Brasil; foi construída a expectativa de que a aceleração do tempo histórico seria conseguida; foi desenhada a esperança de se alcançar a isonomia entre as culturas, de sermos iguais às nações centrais. Nos anos 50, já foi dito, "ser distinto" significava ser inferior e estar excluído do banquete civilizatório.

Em *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*, José de Souza Martins trata de aspectos fundamentais da obra sociológica de Florestan Fernandes e de sua influência seminal na constituição do que veio a ser chamado a "escola sociológica de São Paulo". Em sua primeira parte, o livro reúne meia dúzia de textos escritos pelo autor por ocasião da morte do mestre, cinco deles publicados em diferentes revistas entre 1995 e 1996. Isto produz alguma redundância, mas os textos que Martins oferece ao leitor são sempre um belo exemplo do escrever bem. A segunda parte do livro compõe-se de duas entrevistas realizadas com José de Souza Martins. Embora seja prático e útil

encontrar todo esse material reunido no mesmo lugar, fica-se com a indicação de que se trata de um processo de consagração tanto do mestre quanto do discípulo. Estamos, assim, diante de dois ícones da Sociologia paulista e brasileira: Florestan Fernandes e um de seus alunos, José de Souza Martins.

Fazendo uso da boa Sociologia, devemos examinar os procedimentos de consagração tanto em relação ao mestre Florestan, quanto ao autor do livro. Martins deixa claro que ele está falando da posição de aluno, discípulo e amigo de Florestan, posição que é reafirmada em todas as homenagens, seminários, mesas-redondas acontecidos por ocasião da morte de Florestan, como a que teve lugar no Encontro Anual da Anpocs de 1995, publicada na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 30, da qual fizeram parte Gilberto Velho, Antonio Candido, Roque de Barros Laraia, Maria Arminha do Nascimento Arruda, Otávio Ianni, além do próprio José de Souza Martins. A contribuição de Florestan Fernandes ao campo intelectual brasileiro das ciências sociais, é preciso ressaltar, vem merecendo reconhecimento e sendo destacada por inúmeras publicações, valendo citar o livro organizado por Maria Ângela d'Incao, intitulado *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*, publicado em 1987.

Assim, José de Souza Martins pretende reafirmar sua posição privilegiada, falar da condição de filho dileto e mais novo (os outros filhos mais velhos são Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni; Antonio Candido é quase irmão), e nesta condição aborda algumas questões interessantes e importantes.

Martins menciona em vários artigos do livro o documento "Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento", datado de 1962 e publicado no ano seguinte como capítulo de *A sociologia numa era de revolução social*. Ali está a matriz do projeto intelectual de constituição de uma Sociologia brasileira segundo Florestan e o grupo que se reunia à sua volta. Ali encontra-se a definição dos temas sociológicos relevantes, desenvolvidos por vários de seus alunos e discípulos: o empresariado industrial, o Estado e o desenvolvimento e a mobilização da

força de trabalho. A referência a este texto visa fundamentar sua interpretação sobre Florestan. Martins pretende demonstrar que Florestan foi acadêmico e também militante. Foi o fundador da Sociologia entendida como consciência científica da sociedade e viveu mesmo uma certa tensão entre o compromisso político, como socialista, e a competência acadêmica. Vários textos têm destacado a “ética da responsabilidade científica” em Florestan Fernandes, entendida como a necessidade de extrair conseqüências práticas das pesquisas sociológicas. Em *A sociologia numa era de revolução social* ele expõe com clareza a necessidade de combinação dos papéis de cientista e de cidadão, de superar a posição de *scholar* vivenciada por ele próprio ao produzir obras anteriores como *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*.

O compromisso com a compreensão sociológica das transformações em curso no capitalismo, entretanto, não se deveria contrapor ao pensamento racional, ao conhecimento científico. A modernização requeria recursos racionais de pensamento e ação para enfrentar os obstáculos de natureza cultural existentes na sociedade brasileira. O irracional continuava a ter grande importância, constituindo uma “herança popular que se manifesta nas ‘crenças religiosas ou mágico-religiosas’”, como Florestan escreve em *A Etnologia e a Sociologia no Brasil* (1958). Daí a importância do estudo dos entraves à modernização e, nesse caso, uma das principais referências são os trabalhos de Emilio Willems sobre a assimilação e a transformação cultural em comunidades de imigrantes e populações caboclas no país.

Sabemos que a perspectiva científica adotada por Florestan, baseada no tripé pesquisa empírica, objetividade e neutralidade, definiu o que devia ser considerado trabalho acadêmico. Sobredeterminando isto há um modelo de como a sociedade é ou deve ser — uma totalidade — que confere sentido a múltiplos aspectos, esferas, ângulos da vida em sociedade. A Sociologia dos anos 50 era guiada por essas dimensões teórico-metodológicas, como se pode observar também na Sociologia de outros acadêmicos da época, como Costa Pinto, objeto do livro *Idéias de modernidade e Sociologia*

no Brasil, organizado por Marcos Chor Maio e Gláucia Villas Bôas (UFRGS, 1999).

José de Souza Martins pretende também responder à acusação de ecletismo levantada contra Florestan a partir do livro *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (Fernandes, 1967). Durkheim, Weber e Marx são tratados por Florestan como grandes mestres, capazes de oferecer teorias válidas dependendo da questão a ser analisada. Para Martins, Florestan absorve o marxismo mas em sua construção sociológica faz uso original, aberto, pessoal de Marx, não se deixando absorver pelo marxismo vulgar. A dúvida sobre a legítima possibilidade de juntar autores de linhas teóricas distintas, a denúncia do “hibridismo comprometedor” que se manifestou principalmente nos anos 70 parecem continuar a assolar as análises realizadas sobre o mestre Florestan.

Ao ler esse capítulo da história das ciências sociais no Brasil não se pode deixar de apontar certa “inocência política” não só de Florestan mas de toda a sua geração. Foram atropelados por 1968. Supunham estar protegidos dentro dos muros da academia, já que estavam fazendo ciência e não se envolviam diretamente na luta política, como era o caso de seus pares do ISEB, perseguidos desde 1964. Deram pouca atenção ao mundo da política como objeto de investigação. Somente depois de 1964, e principalmente depois de 1968, o campo da política ganha autonomia como objeto de estudo. Mas esta é uma outra história. A compreensão da vida política brasileira não foi mesmo o forte da “escola sociológica paulista”.

A força da matriz sociológica montada por Florestan é tão marcante que José de Souza Martins apresenta no livro aqui resenhado observações como a que se segue: “No período imediatamente anterior à ditadura, havia no grupo de Florestan Fernandes uma clara preocupação com um projeto nacional de desenvolvimento. Mas, *essa preocupação não tinha coloração ideológica*. Ela decorria das possibilidades de transformação social que o próprio conhecimento científico abria.” (p. 163; grifos meus).

Florestan reconhece que as concepções de mundo agem sobre o horizonte intelectual do pesquisador, influenciam a escolha do objeto de

investigação e se fazem presentes na utilização dos resultados. Entretanto, acreditava que nada disto deveria afetar o compromisso com o conhecimento científico; a pesquisa empírico-indutiva deveria ser resguardada de objetivos externos e garantida por padrões científicos de caráter universal. Pode-se considerar que Florestan, ao final de sua vida, nos anos 80 e 90, já não aderiria incondicionalmente a esses pressupostos. Vale lembrar que o subtítulo de seu famoso livro *A revolução burguesa no Brasil* (1975) é *Ensaio de interpretação sociológica*. Chamar o seu próprio texto de “ensaio”, creio, aponta para transformações em sua percepção da Sociologia.

Os textos sobre Florestan Fernandes destacam a coerência da obra e da vida do mestre. É reconhecido um corte entre a perspectiva “antropológica” de seus primeiros livros e as obras propriamente sociológicas que se seguem. Na maioria deles, entretanto, o tom é de tal forma encomiástico que fica difícil fazer uma análise crítica de seus pressupostos, implicações, limites e alcances. É certo que agora, na virada do século XX, não estamos precisando mais “matar os pais” e sim recuperar os caminhos já trilhados, resgatar a herança intelectual daqueles que já lutaram para transformar o Brasil em uma nação moderna. Mas, é necessário ter uma compreensão histórica da geração fundadora das ciências sociais e da definição que construíram sobre o Brasil. Mesmo hoje torna-se difícil fazer alguma ressalva aos “pais fundadores”. Em quase nenhum dos artigos e livros aparece menção ao fato de os textos de Florestan Fernandes serem de leitura difícil. Nunca se pode ler Florestan Fernandes, apenas estudá-lo. Na legenda de uma das fotos do livro de José de Souza Martins — do certificado de registro provisório de professor secundário de Matemática, Física, Química e História Natural de Florestan Fernandes (p. 65) — há um dado extremamente esclarecedor: “Florestan queria ser engenheiro, conforme disse numa conferência na Faculdade de Filosofia da USP”. A Sociologia de Florestan parece mesmo uma construção, muito bem feita, e nada melhor que uma vocação de engenheiro para realizá-la.

Florestan Fernandes tem um texto duro, áspero, de difícil assimilação. Pode-se interpretar

isto de vários modos. Pelo lado mais fácil e elitista, pode-se dizer que ele teve pouco treinamento no campo das letras. Sua formação básica foi realizada em curso de madureza, o que certamente o distancia muito de seus colegas da Faculdade de Filosofia e mesmo de seus alunos, como é o caso de Antonio Candido. Por outro lado, creio, Florestan Fernandes desejou escrever assim. Ao separar a Sociologia da Literatura a separou também da narrativa que buscasse clareza, simplicidade. “Ciência” não deve ser de leitura fácil. Seu compromisso com o fazer ciência, com tornar a Sociologia uma disciplina científica, implicava fugir do senso comum, romper com os preconceitos, na melhor tradição durkheimiana. Florestan realizou no Brasil um trabalho equivalente ao que Durkheim fez na Sociologia francesa, mas talvez seu “equivalente funcional” na Sociologia norte-americana seja Talcott Parsons, igualmente difícil de ser digerido.

As duas entrevistas publicadas no livro oferecem ao leitor uma panorâmica não só da trajetória e formação de José de Souza Martins, mas também das linhagens que se desdobram da escola sociológica paulista. A primeira entrevista aborda *Os parceiros do Rio Bonito* e a Sociologia na Universidade de São Paulo. Aqui Martins destaca, “além da beleza literária do texto” de Antonio Candido, o fato de o trabalho constituir “uma das primeiras análises sociológicas do caipira e de seu mundo”. Constrói um elo entre este trabalho e seu livro *Fronteira*: “Nos anos 50, a problemática da transição cultural, de inspiração antropológica, dominava as interpretações sobre o campesinato e dominava com razão. Havia bloqueios às mudanças sociais, lentidões no processo social que chocavam com o desenvolvimento [...]” (p. 117). Para o autor, com *Os parceiros do Rio Bonito* Antonio Candido dá “uma contribuição inestimável à compreensão do modo como as contradições sociais se propõem na sociedade brasileira” (ibidem). E, continua adiante: nessa obra “se combina o rigor sociológico com o diálogo com as disciplinas afins: a História, a Antropologia, a Geografia. A escola sociológica de São Paulo começou a desaparecer quando esse diálogo perdeu importância” (p. 123). Assim, além do mestre Florestan, José de Souza Martins também

se coloca como descendente direto de Antonio Candido.

A segunda entrevista, publicada anteriormente na revista *Estudos Avançados*, n. 31, de 1997, apresenta uma visão bastante abrangente do mundo intelectual do grupo chamado “escola sociológica paulista” e de seu legado. Importa notar que esta entrevista foi concedida a Alfredo Bosi, então editor da revista e autor do prefácio ao livro *Ideologia da cultura brasileira*, de Carlos Guilherme Mota. Nesse prefácio datado de 1977 Bosi afirma que a inteligência uspiana “filha de 32 e de 34 [...] combateu o Estado Novo”, guarda “distância em relação ao trabalhismo dos anos 50 e tende a identificar todo e qualquer nacionalismo com a ditadura de direita” (p. V). As bandeiras da inteligência uspiana eram, então, o aperfeiçoamento do ensino superior e a defesa da escola pública. Assim, dizia ele, “enquanto o nacionalismo teórico vazava-se nos textos do ISEB e nas revistas de tendência esquerdista, à Universidade (bloqueada a simpatia por qualquer projeto nacional-popular) restava a reafirmação dos princípios liberais que tinham como referência central a Escola”. E continua: “A Universidade fez ciências sociais nos moldes franceses e americanos, correndo, às vezes conscientemente, o risco de ser positivista e funcionalista, logo, ‘cientificamente’ neutra; e de alhear-se, durante largos anos, ao processo de ‘conscientização’ que se promovia em outras áreas menos acadêmicas da inteligência brasileira, das quais saiu, certamente, o mais belo projeto de cultura popular que se conhece na história da América: o método de alfabetização de Paulo Freire. Aquele afastamento de qualquer prática popular foi o tributo pago por uma universidade asséptica, laboriosa e penetrada até o âmago dos ideais de rigor acadêmico.” (p. VI).

As perguntas e respostas dessa entrevista supõem um diálogo com a interpretação de Bosi presente no prefácio ao livro de Carlos Guilherme Mota. Martins procura mostrar que, na verdade, não havia separação entre o rigor acadêmico e o compromisso do militante em Florestan, que ele se ocupava da elaboração de uma Sociologia brasileira e que sua produção estava comprometida com o país. A famosa cadeira de Sociologia I e seus

mestres, o chamado seminário d’*O capital*, são mencionados e analisados a partir do relato pessoal e instigante de José de Souza Martins.

A versão de Martins sobre o mestre é certamente esclarecedora, bem-vinda e bem escrita. Faz uma ponte entre o passado e o presente e abre sendas para que se veja a relação entre a sociologia da modernização e os estudos sobre o mundo rural, regional, que agora parecem retornar à ordem do dia. Os sociólogos ganharam um presente que os ajudará a compreender a herança da disciplina e com ela tentar responder ao desafio de produzir categorias capazes de analisar a nova transição que vivemos. Os professores de Sociologia recebem um texto que os ajudará a mostrar às novas gerações os anos heróicos de fundação das ciências sociais no Brasil.

LUCIA LIPPI OLIVEIRA é socióloga e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).